

As brancas estão perdendo

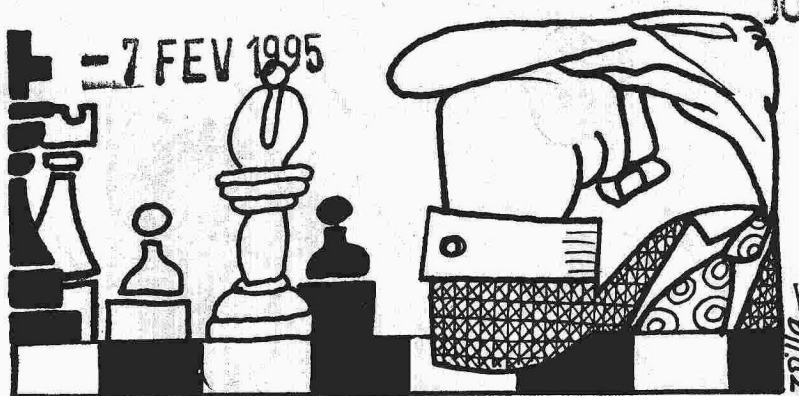
ROLF KUNTZ

JORNAL DA TARDE

A maior ousadia do novo governo foi praticada, até agora, pela mão do presidente Itamar Franco. Foi a intervenção no Banespa e no Banerj. A partir de 1º de janeiro, a nova equipe federal parece ter perdido a iniciativa. Só praticou dois atos importantes, um de autoridade, outro de elementar sensatez. O gesto de autoridade foi a suspensão de 225 licitações da Telebrás. O de sensatez foi a restauração, em três etapas, de facilidades financeiras para a exportação. Fora isso, a impressão deixada pelo governo, até agora, é de uma quase perplexidade. O discurso do presidente pela TV foi de notável desimportância. Um mau jogador, mesmo com as brancas, fica exatamente nessa posição depois de alguns lances: incapaz de avançar, fica com as peças encavaladas na retaguarda e entravadas pela frente. A eleição das mesas do Senado e da Câmara é prenúncio de entraves ainda maiores. Um rápido exame do tabuleiro mostra, para começar:

■ O governo tem a seu favor uma inflação baixa, até agora, e sem sinais de mudança importante a curto prazo, mas permanece na dependência de duas âncoras: a taxa de câmbio, com o real valorizado, e o congelamento informal de preços e tarifas do setor público.

■ Toda a política de longo prazo, como os investimentos em infra-estrutura, está na dependência de reformas. A falta de investimentos em alguns setores vai-se tornando, rapidamente, preocupante. É preciso iniciar logo novos projetos na área de energia, para evitar crises de escassez dentro de dois ou três anos (a menos que a economia entre de novo em recessão ou passe a crescer bem lentamente).



A IMPRESSÃO DEIXADA
PELO GOVERNO, ATÉ
AGORA, É DE UMA
QUASE PERPLEXIDADE

Será preciso reativar obras paradas ou em marcha muito lenta, avançar na privatização e redefinir a política de tarifas.

■ A política monetária continua frágil. O Banco Central tende a sancionar, quase passivamente, a demanda de moeda do sistema financeiro. Apesar da intervenção, os bancos estaduais não deixaram de ser um problema. Não são o único, porém. Desde julho, o BC vem prometendo mudar as relações com o sistema bancário, levando as instituições a trabalhar com maior volume de reservas. Até agora não se foi além da intenção. Tornar o BC autônomo pode ser desejável, mas não resolverá nenhuma dessas questões.

■ Privatizar bancos estaduais não será uma solução fácil. Nem financeiramente simples. Vendê-los em mau estado, por qualquer preço, será politicamente difícil e custoso. Saneá-los não será possível sem forçar os governos a um ajuste muito forte. Fechá-los também será desgastante e poderá rachar o apoio no Congresso.

■ Desmontar a indexação continua política e tecnicamente complicado. Exemplo: para estimular depósitos em poupança, o BC anunciou rendimento maior para as cadernetas, mas isso representa custos mais altos para o crédito agrícola e para os financiamentos do SFH. Se o crédito agrícola ficar isento da TR, o sistema ficará desbalanceado, porque a TR continuará sendo paga aos poupadores. Se a TR for simplesmente extinta, alguma outra fórmula terá de ser encontrada, para evitar a fuga de recursos do sistema financeiro.

■ Só há uma forma, em prazo razoável, de tornar o crédito agrícola tão barato quanto nos países do Primeiro Mundo: o subsídio. Mas para isso será preciso criar fundos orçamentários, e esse dinheiro não existe. Ou não existe a disposição de cortar outros itens para garantir esses fundos.

■ Por falar em agricultura: os preços agrícolas estão baixos, no mercado, e o governo está arriscado a comprar uma

grande parte da nova safra. Não há dinheiro para isso, nem para financiar a estocagem privada na proporção necessária. Pode não ser o maior abacaxi político, mas o governo terá de achar uma resposta com urgência.

■ O rombo orçamentário deste ano, estimado entre R\$ 12 bilhões e R\$ 15 bilhões, continua sem solução. Ou o governo negocia os cortes necessários (e para negociar terá de dar algo em troca, obviamente), ou mantém a política de controle de caixa (atrasando pagamentos e podando gastos importantes, como os da saúde). Nesse caso, o Tesouro continuará a gastar mal e a economizar mal, negando na prática os compromissos de campanha.

■ O governo, pelo menos aquele do programa reformista, não tem maioria no Congresso. A eleição das mesas do Senado e da Câmara mostrou a força dos velhos grupos, como o Centrão. Os aliados de campanha, aqueles que assustaram parte do eleitorado, têm o controle das duas casas.

■ Como se isso não bastasse, o governo, ainda mal instalado, inicia negociações com poderosos interesses particulares, representados nas câmaras setoriais. Quem tinha alguma esperança na recuperação das políticas públicas — com ênfase na palavra “públicas” — pode estar a um passo de nova decepção.

O AUTOR

Rolf Kuntz é prof. do Departamento de Filosofia da USP e jornalista de O Estado de S. Paulo

